

Reforma tributária e o terreno fértil para fraudes

ARTIGO

**Mário Nazzari Westrup e
Guilherme Venturini Floresti**
São, respectivamente, contador e
consultor; e advogado e consultor
da Tendências Consultoria

Fraudes contábeis e nas demonstrações financeiras são frequentemente associadas ao desejo de aumentar remunerações e bônus, elevar o valor de mercado das ações, elevar a distribuição de dividendos, cumprir *covenants* contratuais, atender à regulação e sonegar impostos. O ambiente pode ser especialmente propício em períodos de transição de regras, como o que vai acontecer ao longo do

processo de implementação da reforma tributária (Emenda Constitucional n.º 132/2023).

Essa ampla alteração regulatória gerará maiores incentivos às empresas para descobrirem e se aproveitarem de brechas legais do sistema tributário recém-alterado para manipular as informações contábeis e fiscais. A depender da qualidade de sua regulamentação, ora em curso, a transição decorrente da reforma tributária pode abrir espaço para interpretações dúbias e a exploração de lacunas na legislação. A complexidade do processo pode levar à manipulação das demonstrações financeiras e à sonegação fiscal, com empresas se movendo para mitigar impactos financeiros ou para tirar vantagens indevidas das

mudanças.

Além disso, no processo contábil, o reconhecimento dos tri-

butos pode alterar significativamente a percepção e análise das demonstrações financeiras. A prática de reconhecimento e a mensuração fiscal inadequadas podem distorcer resultados, mascarando a verdadeira posição econômica das empresas e influenciando a tomada de decisões por investidores, credores e outros usuários das informações contábeis.

A reforma tributária tem como objetivo a simplificação do sistema tributário e fiscal sobre o consumo, o que, em tese, deveria diminuir o espaço para o cometimento de fraudes no âmbito fiscal. Contudo, fatores como as empresas não estarem devidamente preparadas para algumas inovações (como a ampliação do sistema de créditos para todos os tribu-

tos), a existência de um período de transição longo (em que os sistemas tributários novo e antigo coexistirão) e a falta de um posicionamento consolidado das autoridades fazendárias criam um terreno fértil para fraudes.

Portanto, ainda que pareça cedo, é de suma importância que gestores e *stakeholders* estejam extremamente vigilantes antes, durante e após o período de transição. Atenção metódica às alterações nas políticas fiscais, ao comprometimento com a integridade e à transparência e ao fortalecimento dos controles internos é essencial para prevenir e detectar fraudes fiscais, resguardando assim a integridade financeira e reputacional das empresas. ●

**Complexidade do
processo pode levar à
manipulação das
demonstrações financeiras
e sonegação fiscal**

Contas públicas Longe do foco

Mudança na LDO abre brecha para priorizar emendas a dez Estados

**Antecipação de
recursos beneficiaria
605 municípios
com decretos de
emergência em
saúde pública**

**DANIEL WETERMAN
ROSEANN KENNEDY
MARIANA CARNEIRO
BRASILIA**

Uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentada pela bancada do Rio Grande do Sul no Congresso e patrocinada pelo governo impõe prioridade de execução das emendas Pix – chamadas tecnicamente de transferências especiais – para todos os municípios que tiveram decretos de calamidade ou de situação de emergência em saúde pública reconhecidos pelo governo federal. Portanto, um alance maior do que só as chuvas no Rio Grande do Sul.

Só no Ministério da Saúde, há 605 municípios em 10 Estados com decretos de emergência publicados. De acordo com especialistas consultados pelo Estadão, essas prefeituras estariam enquadradas na prioridade e poderiam ser beneficiadas com a emenda Pix mais cedo. Além disso, outros municípios que decretassem calamidade ou emergência em saúde também poderiam embarcar na liberação e aumentar o volume de pagamentos antes das eleições municipais.

“Esse corredor expresso de emendas de resgate emergencial, que foi construído pelo governo federal juntamente com a bancada gaúcha no Congresso Nacional, é a resposta célere de um governo preocupado em atender às demandas urgentes da população gaúcha”, afirmou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O dinheiro da emenda Pix já está no Orçamento. A liberação antes do período eleitoral,

porém, pressionaria o governo a segurar outros gastos para não gerar um descontrole no caixa. Além disso, a emenda especial cai no caixa dos Estados e municípios sem nenhuma finalidade definida, e não há garantias de que a prefeitura ou o governo estadual vai aplicar o dinheiro no combate à calamidade.

No mesmo projeto, há uma proposta que abre caminho também para o governo Lula bloquear verbas do Novo PAC ou, até mesmo, tirar recursos do programa e colocá-los sob controle direto do Executivo sem vinculação com o PAC. Nos bastidores do Congresso, a flexibilidade é vista como uma forma de compensar o Executivo pelo aumento de emendas parlamentares, que podem ficar ainda maiores com a derrubada de vetos do presidente Lula no Orçamento de 2024 (*mais informações nesta página*).

De acordo com o Ministério do Planejamento e Orçamento, a alteração deixa clara a possibilidade de bloqueios no Orçamento para cumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal. Além disso, argumenta a pasta, confere agilidade em eventual inclusão ou exclusão de investimentos da carteira do PAC.

DÍVIDAS RURAIS. Em outra frente, o senador Alan Rick (União-AC) tentou emplacar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa a

aprovação, em caráter terminativo (sem votação em plenário), de um projeto de lei que prorroga o pagamento de crédito rural e anistia a dívida de pequenos produtores que tenham perdido a lavoura em todo o território nacional.

O projeto foi originalmente elaborado para remediar agricultores atingidos pela seca, mas teve sua finalidade ampliada neste momento. Durante a discussão, tanto Rick quanto o autor da proposta, senador Meias de Jesus (Republicanos-RR), alegaram que o projeto era urgente em razão da crise no Rio Grande do Sul. O projeto foi adiado com um pedido de vista (mais tempo para

“A gente precisa ter calma para não aprovar todo o tipo de projeto sem saber quanto custa. Depois, vem falar comigo de responsabilidade fiscal”

Jaques Wagner
Líder do governo no Senado

“Pedimos que o governo se sensibilize, para que nós não travemos uma matéria que precisa da mais rápida aprovação”

Alan Rick
Senador (União-AC)

análise), mas continua na pauta para as próximas semanas. “O Brasil assiste a esse momento dramático do Estado do Rio Grande do Sul. O Acre passou por isso recentemente”, disse Rick. “Pedimos que o governo se sensibilize, para que nós não travemos uma matéria que precisa da mais rápida aprovação, da urgência necessária para atender às pessoas que hoje sofrem com as cheias, as inundações e a perda de toda a sua produção.”

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse reconhecer a gravidade da situação, mas afirmou que é preciso “calma” para não provocar um rombo no Orçamento. Segundo ele, está havendo uma profusão de projetos mirando a situação no Rio Grande do Sul. “A gente precisa ter calma para não aprovar todo o tipo de projeto sem saber quanto custa. Depois, vem falar comigo de responsabilidade fiscal”, afirmou.

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai acompanhar a aplicação de recursos emergenciais no Rio Grande do Sul, mas a Corte não fiscaliza o uso da emenda Pix na ponta, tarefa que cabe aos tribunais locais. “É claro que políticos sempre querem votos, mas, neste caso, estão atendendo a um clamor da opinião pública. É necessário fazer alguma coisa, e rápido, que evite o uso indevido desses recursos”, diz o economista Arthur Barrionuevo, da FGV. ●

Comissão libera R\$ 15,7 bi extras para Orçamento

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem projeto que cria seguro nos moldes do antigo DPVAT com um “jabuti” (assunto estranho ao tema original da proposta) que libera uma despesa

extra de R\$ 15,7 bilhões no Orçamento de 2024.

O “jabuti” beneficia tanto o governo quanto os parlamentares, pois R\$ 3,6 bilhões devem ser revertidos em emendas. A votação abriu caminho para

que congressistas reivindicassem um valor ainda maior de recursos em ano eleitoral. A situação do Rio Grande do Sul e em outros Estados levou parlamentares a defender a importância das emendas.

Há R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão vetadas do Orçamento de 2024, além de um calendário que impõe o pagamento de recursos indicados por deputados e senadores nas áreas de saúde e assistência social ainda no primeiro semestre, antes das eleições.

O governo teme perder es-

ses vetos e analisa pedir um novo adiamento da sessão do Congresso destinada à análise dessas propostas, marcada para amanhã. A sessão foi adiada há duas semanas diante do risco de derrubada dos vetos e do pedido do governo para aprovação dos R\$ 15,7 bilhões. ● D.W.

R.K. e M.B./BRASILIA